

CAPOEIRA E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES SOCIO AFIRMATIVAS DO PROJETO SOCIAL “ABC DO CAMUÁ” EM ACARAPE E REDENÇÃO – CE

Antonio Edmar Castelo Branco Costa Silva¹

Salvio Fernandes de Melo²

RESUMO

O presente artigo surge a partir do contato com as crianças, famílias e comunidades atendidas pela iniciativa do “ABC do Camuá - Aprender, brincar e Crescer”, que é um projeto social que atua nas cidades de Acarape e Redenção (CE), desenvolvendo atividades educativas/culturais/esportivas através dos elementos da Capoeira. Tivemos como objetivos na pesquisa, apresentar o projeto, suas principais características, limites e em seguida, demonstrar com base nas análises e percepções, as potencialidades pedagógicas que este projeto dispõe para contribuir com a real inserção de crianças e jovens na escola e na sociedade. Como métodos de pesquisa, adotamos o uso de questionários e entrevistas, por compreender que estes, nos proporcionam maiores proximidades com os espaços de pesquisas e uma maior interação social no momento das investigações.

Palavras chaves: Capoeira, Cultura, Currículo, Educação.

ABSTRACT

This article arose out of contact with the children, families and communities served by the initiative "ABC do Camuá - Aprender, brincar e Crescer", which is a social project operating in the cities of Acarape and Redenção (CE), developing educational/cultural/sports activities through the elements of Capoeira. The objectives of our research were to present the project, its main characteristics and limitations, and then to demonstrate, based on analyses and perceptions, the pedagogical potential that this project has to contribute to the real insertion of children and young people in school and in society. As research methods, we adopted the use of questionnaires and interviews, as we understand that these provide us with greater proximity to the research spaces and greater social interaction at the time of the investigations.

Keywords: Capoeira, Culture, Curriculum, Education.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB (CE).

² Orientador. Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Londrina, Brasil (2011). Professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira – UNILAB (CE).

1- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CAPOEIRA

A Capoeira é uma das mais importantes e influentes expressões da cultura Afro-brasileira, tendo inúmeros momentos marcantes em sua história, o que acaba por apresentar toda uma trajetória histórica de lutas e conquistas. Segundo Sálvio Fernandes Melo (2014), atualmente, a capoeira é praticada em mais de 180 países e com, aproximadamente, cinco milhões de praticantes em todo o mundo.

Com todo este processo de popularização e disseminação da capoeira em âmbito mundial é comum nos depararmos com indagações a respeito de momentos marcantes em sua história, por isto, decidimos destacar um dos seus principais períodos históricos em território nacional, que perpassa desde sua proibição em 1890, até seu reconhecimento enquanto importante representante da cultura nacional e conseqüentemente a sua saída da criminalidade, que ocorre no ano de 1937.

Desde os primeiros registros da prática da Capoeira, que ocorreram entre o final do século XVIII e o início do século XIX, até os períodos que seguiram a sua construção histórica, enquanto um símbolo de resistência e representatividade dos povos historicamente subalternizados, houve diversos momentos em que a sua prática em locais públicos era proibida, o que gerava perseguição e prisão, por parte das autoridades da época. Uma obra do pintor Augustus Earle (1793-1838), que traz traços do cotidiano do povo brasileiro no início do século XIX, nos oferece aportes para pensarmos como a repressão contra os negros e capoeiras aconteciam na época.

Figura 1. Negroes fighting, Brazil c. 1824 de Augustus Earle. Fonte: (CAPOEIRA, 2020)



Nesta pintura de Earle é retratada uma cena que traz a imagem de dois homens negros (escravizados) realizando movimentos corporais que lembram luta e combate, com um deles atacando com uma das pernas levantadas, numa tentativa de chute ao adversário. Tal representação pictórica pode vir ser entendida como uma luta de Capoeira em tempos imperiais no Brasil. Nesta pintura, um guarda do império está preste a passar por algo que parece ser uma

cerca de madeira e chegar no local em que os negros estavam “vadiando” ou lutando. A pintura ainda apresenta dois escravizados como expectadores do combate. Vale ressaltar que cenas como esta aconteciam frequentemente devido a alta perseguição sofrida pelos negros escravizados naquele período histórico.

A proibição e criminalização oficiais por parte do Estado brasileiro sobre a prática da capoeira, e demais manifestações afrodescendentes, veio a ocorrer no final do século XIX, motivado pela alta perseguição da elite branca³, aos seus praticantes, que em sua maioria eram negros e descendentes de escravizados. No Código Penal Brasileiro, do ano de 1890, foi instituído no capítulo XIII o artigo 402, que tratava “dos vadios e capoeiras”, a proibição da prática da capoeira em espaços públicos, no art.402, estava escrito o seguinte:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal, conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão celular por dois a seis meses. Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer a capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro (BRASIL, 1890: art. 402)

Como podemos perceber, após a publicação desta medida no Código Penal brasileiro do ano de 1890, a chamada ‘capoeiragem’ estava proibida e por conta disto, as pessoas que fizessem uso dos “exercícios de agilidade” em ruas ou praças públicas, podiam vir a serem detidas e ficarem de dois a seis meses presas. A prática da capoeira permaneceu proibida até meados do século XX, e durante este período de criminalização, houve personagens importantes que tiveram parcela de contribuição para a desconstrução da imagem negativa que havia sido atribuída a ela e a seus praticantes.

Vicente Ferreira Pastinha⁴, juntamente, com Manoel dos Reis Machado⁵, fora, fundamentais para a “virada” e transformação que a capoeira sofreu na primeira metade do século

³ Como o jogo da Capoeira era praticado pelas camadas subalternas da sociedade brasileira, ela era criminalizada e vista com preconceito e discriminação por parte das classes médias e das elites. Na verdade, as elites tinham uma visão pessimista e de desrespeito ao jogo da Capoeira, cujas ideias eram disseminadas no corpo social, resultando que muitos componentes das camadas populares também tinham preconceito com relação a esse jogo devido à repressão social das autoridades e ao jogo político das ideologias dominantes (Silva; Santos; Milder, 2014)

⁴ Vicente Ferreira Pastinha (1889-1981) nasceu na cidade de Salvador, na Bahia e ficou popularmente conhecido como Mestre Pastinha. Foi um dos mais importantes nomes da Capoeira baiana e o maior difusor das tradições e rituais presentes na prática da Capoeira Angola. No ano de 1941, fundou o Centro Esportivo de Capoeira Angola (CECA), a segunda escola de capoeira a ser legalizada pelo governo da Bahia. Pastinha ainda publicou um livro no ano de 1964, cujo título era *Capoeira Angola*, nesta obra, ele defendia a prática da capoeira desportista e não violenta.

⁵ Manoel dos Reis Machado (1899-1974), nascido no estado da Bahia, filho de Luiz Cândido Machado ex-escravizado e Maria Martinha do Bomfim descendente de índios. Mestre Bimba, como ficou conhecido, fundou a Luta Regional Baiana no ano de 1928, que misturava elementos da Capoeira, com o Batuque (uma luta nordestina, na qual seu pai era um grande praticante e que não existe mais) e outras artes maciais. Após

XX. Pois é justamente neste período que, após uma série de apresentações da “capoeira de Bimba”, Fonseca (2008), o mestre faz abertura de sua primeira academia em 1932, e após apresentações da *luta regional baiana* para o, então, presidente da república Getúlio Vargas, as autoridades do governo veem na Capoeira um tipo de ginástica/desporto (ou esporte) “nacional” com grande força para fomentar no povo brasileiro os sentimentos de patriotismo e nacionalistas, a partir da existência de uma representação cultural genuinamente brasileira.

Ainda de acordo com Fonseca (2008) no ano de 1937, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, a capoeira sai do espaço da ilegalidade que se encontrava desde o decreto de 1890 passando a ter sua prática permitida e liberada em locais públicos. Em consequente, somente no ano de 1940, é publicada a atualização do Código Penal brasileiro, e de fato, não foram mencionadas referências sobre a permanência da Capoeira enquanto atividade proibida/criminalizada/marginalizada. Com isto, a partir desta data, a Capoeira passa por inúmeras mudanças com relação à forma como a sociedade a compreende, assim como suas potencialidades passam a serem notadas no âmbito da educação nacional.

2- A CAPOEIRA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES

Após a Capoeira, em suas múltiplas formas ancestrais, sair do campo de proibição e marginalidade, muitas interpretações a respeito de sua prática e respectivas potencialidades passam a ser repensadas. Desta forma, seu uso enquanto prática desportiva começa a ser proposto e, a partir de então, inicia-se o processo de inserção da capoeira entre as modalidades desportivas nacionais com direito a criação de confederações nacionais e internacionais. Como, por exemplo, a CBC – Confederação Brasileira de Capoeira:

[...] A Confederação Brasileira de Capoeira (CBC) que é uma entidade nacional que pretende regulamentar a capoeira como esporte em todo o Brasil. Foi fundada em 23 de outubro de 1992 e é hoje a única a ser reconhecida pelo Comitê Olímpico Brasileiro. É filiada à Federação Internacional de Capoeira. Consequentemente, foram criadas as Confederações, Ligas Mundiais e Federações de Capoeira. (TEIXEIRA; OSBORNE; SOUZA, 2012)

Vale ainda ressaltar, Teixeira; Osborne e Souza (2012) que nem todos os mestres/as e praticantes de capoeira fazem parte ou são registrados em tais organizações federativas e que as mesmas foram criadas com a intenção de “organizar” a Capoeira seguindo uma lógica de regulamentação semelhante ao que ocorre com o futebol, vôlei, basquete, futsal, etc. No entanto, esta forma federativa para a Capoeira não gerou o sucesso desejado. Tendo em vista, as diferentes

a popularização da nova modalidade por outros estados brasileiros, Bimba passou a chama-la de Capoeira Regional.

filosofias e concepções presentes entre os capoeiras e mestres/as mais antigos/as. Contudo, suas proposições enquanto modalidade a ser inserida no contexto da educação brasileira, passou inicialmente pelo seu reconhecimento enquanto uma prática que, ao mesmo tempo, é vista como ginástica/desporto, luta, dança e jogo, o que vai lhe proporcionar ser incorporada dentro das práticas desenvolvidas na componente curricular de Educação Física Escolar (EFE).

A possibilidade da capoeira dentro dos currículos escolares formais passou inicialmente pelas propostas que são apresentadas pelos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais do ano de 1998. Nestes, estão contidas as múltiplas formas para a realização das ações a serem desenvolvidas na componente curricular de Educação Física Escolar - EFE, e ainda a possibilidade de utilizar para além das modalidades desportivas tradicionais, novas práticas educacionais como brincadeiras, jogos, dança, luta, folclore e atividades rítmicas, o que abre espaço para o uso da Capoeira tanto nos momentos de abordagens teóricas (em sala de aula), como também, nas vivências e aulas práticas (em espaços adequados para a realização da atividade).

Com tudo, neste trabalho, para além de concordar com os seus atributos ligados a lutas/desportos/ginásticos presentes na Capoeira, defendemos mais ainda, seu uso dentro das instituições de ensino como uma importante ferramenta educacional, que pode ser utilizada não somente em práticas recreativas, ou na Educação Física. Mas também, deve ser abordada em suas múltiplas possibilidades, pois ela possui diferentes potencialidades de ensino - aprendizagem, tendo em vista, suas possibilidades pedagógicas para a promoção da interdisciplinaridade, do debate antiracista, para discussão das questões étnico-raciais.

Neste sentido acreditamos que as possibilidades de ampliação dos debates sobre as questões étnico-raciais, podem ser potencializados dentro e fora do ambiente escolar, a partir da compreensão e uso da Capoeira enquanto uma prática cultura e educacional/educativa. Percebemos a Capoeira como uma atividade capaz de promover a formação social e educacional, a partir das contribuições de Gadotti (2012) ao nos falar que, a educação social abarca a formação socio cultural, cidadania e preocupa-se especialmente em promover ações educativas com foco na educação para diversidades, educação familiar e para o desenvolvimento social dos públicos em situações de vulnerabilidades sociais.

Desta forma, compreendemos que a adoção da capoeira dentro da educação formal brasileira configura-se como um importante “instrumento” de combate ao racismo e outras formas discriminatórias geradas a partir das premissas: racial, cultural, classe, sexual, religiosa, etc. Neste sentido, concordamos com os escritos de Iorio E Dário (2005) quando nos dizem, que o uso da capoeira em nosso sistema de ensino seria uma forma de valorizar a cultura afro-brasileira e fomentar o combate as múltiplas formas de discriminação étnica e racial. Também compactuamos

com as ideias que nos são apresentadas na obra dos (as) autores (as) Teixeira; Osborne; Souza (2012) onde é mencionado, que a Capoeira inclusa na formação educacional, pode vir a ser mais uma potencia pedagógica para combater e inibir práticas discriminatórias dentro e fora das escolas.



Figura 2. Crianças do projeto “ABC do Camuá – aprender, brincar e crescer” da cidade de Redenção – CE, participando de uma aula de capoeira em um espaço escolar (2019). Fonte: Acervo Fundação Maranataka. Acesso em 2021.

Dando continuidade, outra medida legal que também veio a proporcionar muitas possibilidades para abordagens com a capoeira e outros elementos da história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino formais no Brasil, foi a lei 10.639/03, a qual abordaremos a seguir.

3- LEI 10.639/2003: NOVAS POSSIBILIDADES PARA INCLUSÃO DA CAPOEIRA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES

Em janeiro de 2003, no primeiro mandato do, então, Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva⁶, foi aprovada a Lei 10.639/03 da educação básica no Brasil, que tornava obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de todo o país. No ano de 2008, ela teve sua redação alterada pela Lei 11.645/08, onde na ocasião, também foi incluída a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos tradicionais indígenas.

⁶ Luís Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula, nasceu em 27 de outubro de 1945. Foi um importante líder sindicalista, ex-metalúrgico, é político e um dos principais nomes na fundação do Partido dos Trabalhadores o (PT). Lula foi o 35º Presidente do Brasil, seu mandato foi exercido de janeiro de 2003 a janeiro de 2011.

As aprovações destas medidas geraram alterações na (LDB de 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira⁷, e fez com que as instituições de ensino Fundamental e Médio, públicas e privadas do país, fossem obrigadas a inserir em seus currículos formais conteúdos e abordagens temáticas que viessem a proporcionar o ensino da História e Cultura Africana, Afro-brasileira e dos povos indígenas.

Importante lembrarmos que as leis resultam dos processos reivindicatórios dos movimentos sociais em busca de maior representatividade dos diferentes grupos identitários. Por conta disto, entendemos que esta ação afirmativa é fruto de lutas e reivindicações dos povos que historicamente foram subalternizados e que ela representa a busca de uma maior representação das culturas africanas, indígenas e afro-brasileiras dentro da educação e também como uma “reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil” (ALMEIDA e SANCHEZ, p.57, 2017). Portanto, compreendemos que ao criar uma ação afirmativa, seus objetivos são:

[...] induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores. (GOMES, 2001)

Segundo a autora Nilma Lino Gomes (2012), a implementação da lei 10.639/03 significa uma busca pela descolonização dos currículos das instituições de ensino básico e superior com relação à forma de abordar os conteúdos relativos à África e os afro-brasileiros. Podemos perceber a importância que a aprovação da Lei 10.639/2003 possui para uma educação que abranja elementos culturais e históricos de África, dos afro-brasileiros e Indígenas. Pois, é a partir desta medida que a inclusão de práticas pedagógicas não “tradicionais” na educação básica e no ensino superior ganha mais possibilidades de existência e proporciona aos profissionais da área utilizar elementos didáticos e metodológicos que anteriormente não eram possíveis, tendo em vista, as bases eurocêntricas que historicamente influenciaram o sistema de ensino formal do Brasil.

A Capoeira surge neste contexto como mais uma das representações culturais afro-brasileiras beneficiadas (e que fortalece a educação formal), tendo em vista que além das possibilidades de uso nos currículos formais da Educação Física Escolar – EFE através dos PCNs-EF, a partir da aprovação da lei 10.639/03 sua utilização em outras áreas e níveis de ensino também passam a serem propiciadas. Desta forma, para além de suas abordagens enquanto

⁷ Lei nº 9.394/1996 – Lei nº 4.024/1961.

dança/luta dentro da educação formal, surgem novas possibilidades didáticas para sua utilização nas diferentes áreas do ensino escolar e universitário.

Dentre as novas possibilidades de utilização dos elementos da Capoeira no âmbito educacional, em seus diferentes níveis, resolvemos destacar as ações que são realizadas no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB⁸. O curso de Licenciatura em Pedagogia da Unilab é importante neste debate, tendo em vista, a sua proposta curricular e o projeto de formação docente que o curso adota. Pois, esta licenciatura tem como base promover uma formação docente pautada em saberes afro- centrados e com ênfase em práticas educativas inovadoras.

Dentre as componentes curriculares obrigatórias desenvolvidas na Licenciatura em Pedagogia da Unilab, vale ressaltar a existência daquelas que dialogam diretamente com a Capoeira e outras manifestações culturais afro-diaspóricas, enquanto potencialidades educacionais para a formação de futuros pedagogos (as), são elas: “Fundamentos Filosóficos e Práticos do Samba e da Capoeira”; “Capoeira, Samba e as manifestações africanas e afro-brasileiras dos lugares” e “Ensino da Ginga: Capoeira, Corporeidade e Mandinga”.

A adoção dessas componentes curriculares no curso de Pedagogia da Unilab justifica-se pela grande necessidade de professores (as) com bases epistemológicas revolucionárias para atuação na Educação Básica e Educação Infantil no Brasil. Com isto, busca-se possibilitar que os (as) pedagogos (as) formados (as) na instituição, consigam adotar em suas práticas pedagógicas, os elementos ético, estético e descolonizadores presentes nas manifestações culturais africanas e afro-brasileiras, aproveitando-os como potenciais ferramentas para a formação educacional e cognitiva dos (as) educandos (as), através de um ensino descolonizador e que fomente a criticidade e respeito às diferenças étnicas, culturais, sociais e religiosas presentes na contemporaneidade.

Neste sentido, a partir destas concepções adotadas no decorrer da formação profissional dos estudantes de Pedagogia da Unilab, a instituição busca formar pedagogos (as), educadores (as), com base epistemológica, didática, metodológica e política que venham a colaborar e produzir uma educação antirracista, anticolonial e com base nos saberes e ciências africanas e afro-brasileiras, como propõe a lei 10.639/03. Desta forma, concordamos com Gomes (2012), ao defender que somente com a formação de professores (as) com base nas Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-raciais é que de fato teremos a aplicação da lei 10.639/03.

⁸ A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), é uma instituição de ensino superior, federal e pública, fundada no ano de 2010. A universidade conta com um projeto inovador e com princípios baseados na cooperação e solidariedade entre as nações do continente africano e asiático que tem como idioma oficial, a língua portuguesa, a Unilab conta com representantes de sete nacionalidades e está localizada no estado do Ceará e Bahia.

Desde sua publicação, a LDB (Lei. 9.394/1996), passou por quatro edições e modificações em suas normas e pré-disposições para educação nacional. Em sua última modificação sofrida no ano de 2020, as diretrizes impostas para aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nos níveis de ensino fundamental e médio, estão descritas no artigo 26-A, da seguinte forma:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história do Brasil (BRASIL, 2020).

Desta forma, podemos notar, que mesmo com frequentes reformulações e mudanças significativas neste documento que promove as diretrizes e bases da educação nacional, as temáticas referentes à história e cultura dos afro-brasileiros e indígenas, continuam sendo um dos pontos a serem desenvolvidos nos currículos formais das escolas públicas e privadas em nosso país. Tornando-se assim, uma importante ferramenta para proporcionar a inserção da Capoeira e outros elementos da cultura afrodescendente nas instituições de ensino do Brasil.

4- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROJETO ABC DO CAMUÁ

Este tópico surge com o intuito de demonstrarmos a possibilidade de execução da lei 10.639/03 nas escolas, a partir das ações de um projeto que desenvolve atividades sociais/educativas/culturais através da Capoeira para crianças e jovens nas cidades de Acarape e Redenção – CE. O projeto social “ABC do Camuá - Aprender, brincar e Crescer” foi criado em 2017 e possui o professor Flaviano Vieira da Silva (1986)⁹, como coordenador e responsável pelo desenvolvimento das atividades com a Capoeira nestas cidades, o mesmo faz parte do grupo Camuá Capoeira Arte e Cultura¹⁰.

Antes mesmo do grupo Camuá Capoeira Arte e Cultura ser criado por Mestre Peninha (Francisco Cláudio de Souza Lima -1973), o projeto social já acontecia há aproximadamente 10 anos, nas cidades de Acarape e Redenção. Mas sob a bandeira, e nomes pertencentes a outro grupo

⁹ Flaviano Vieira da Silva, atua a 10 anos como professor de Capoeira em projetos sociais nas cidades de Acarape e Redenção (CE).

¹⁰ O grupo Camuá Capoeira Arte e Cultura, foi fundado no ano de 2017 por Francisco Cláudio de Souza Lima (1973) conhecido na capoeira como Mestre Peninha.

de capoeira, que no caso, era o Centro Cultural de Capoeira Água de Beber – CECAB (2002), fundado e coordenado pelo Mestre Robério Batista Queiroz (1972), grupo no qual Mestre Peninha e professor Flaviano fizeram parte.

Após o desligamento de Mestre Peninha do grupo CECAB em 2016, e a criação do Camuá Capoeira Arte e Cultura em 2017, o projeto social foi renomeado para ABC do Camuá – Aprender, Brincar e Crescer (2017) e continua realizando as ações socioeducativas com as crianças e jovens até os dias atuais sem nenhuma ajuda financeira, seja por parte dos órgãos públicos, seja pela iniciativa privada.

No entanto, em parte deste tempo de existência, a ação social que desenvolve aulas e rodas de capoeira, apresentações de filmes e documentários, oficinas de maculelê e eventos culturais para crianças e jovens com faixa etária entre 5 a 14 anos de idade¹¹, vem realizando suas atividades nos espaços públicos das escolas municipais, que são disponibilizados através de parcerias que ocorrem entre os gestores do projeto e os núcleos gestores das secretarias de educação dos municípios de Acarape e Redenção. Na cidade de Acarape, atualmente estão cadastradas cerca de vinte e cinco crianças e jovens. As aulas e outras atividades vinculadas ao projeto “ABC do Camuá”, ocorrem na Escola de Ensino Infantil e Fundamental José Neves de Castro.

Já na cidade de Redenção, as atividades do “ABC do Camuá”, atualmente, funcionam em Olho D’água do Constantino¹². Nesta comunidade, as atividades funcionaram durante alguns anos na Escola de Ensino Fundamental Francisco Januário da Costa, no entanto, atualmente funcionam na Sede do Sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras Rurais do local, devido a reformas na estrutura física da escola. Segundo os últimos levantamentos de dados realizados pelos gestores do “ABC do Camuá” na cidade de Redenção, haviam aproximadamente 40 crianças e jovens cadastradas e frequentando ativamente as ações desenvolvidas pelos professores do projeto social.

5- FUNCIONAMENTO DAS AÇÕES DO PROJETO “ABC DO CAMUÁ” NAS CIDADES DE ACARAPE E REDENÇÃO-CE

Na cidade de Acarape, o projeto social ABC do Camuá desenvolve todas suas atividades teóricas e práticas regularmente nas terças e quintas-feiras, das 18 às 19 horas. Nestes dias, o

¹¹ Devido as diferentes faixas etárias que são atendidas pelo projeto social, no decorrer das atividades, são organizadas diferentes turmas, de forma que as crianças de idades e tamanhos próximos ficam juntas.

¹² A comunidade de Olho D’água do Constantino, está localizada em uma Zona Rural a cerca de 6 quilômetros de distância do centro da cidade de Redenção.

professor Flaviano Vieira da Silva (1986) desenvolve diferentes atividades com as crianças e jovens, buscando promover a socialização e a participação de todos em ações, tais como, aulas e rodas de Capoeira com a participação das crianças e professores; exibição de filmes e documentários com temáticas geralmente voltadas para a Capoeira.

Frequentemente também são realizadas apresentações culturais e oficinas de maculelê¹³, puxada de rede¹⁴, samba de roda¹⁵ dentre outras manifestações afro-brasileiras. Estas atividades relacionadas a oficinas, em algumas vezes, são desenvolvidas e coordenadas por Mestre Peninha, fundador do grupo Camuá Capoeira Arte e Cultura.



Figura 3. Crianças do projeto “ABC do Camuá” na cidade de Acarape – CE (2018). Fonte: Acervo Camuá Capoeira Arte e Cultura. Acesso em 2021.

Já na cidade de Redenção, as atividades do projeto social “ABC do Camuá – Aprender, brincar e crescer”, acontecem sempre aos finais de semana, sábados e domingos, tendo seu início sempre às 18 horas e terminando por volta das 19 horas (horário padrão). O responsável por

¹³ Segundo a obra de Mutti (1978) e Biancardi (1989) o principal personagem do Maculelê em terras brasileiras foi Paulino Aloísio de Andrade, conhecido como “Mestre Popó de Santo Amaro” ou “Mestre Popó do Maculelê”, que ainda no século XX, reuniu amigos e pessoas próximas na cidade de Santo Amaro da Purificação – BA e formou o Grupo Maculelê de Santo Amaro. Mestre Popó, é apontado como o “pai” do Maculelê, por conta de seu estilo único e originalidade. O Maculelê na atualidade Souza; Silva; Silva (2017) sofreu várias mudanças, de forma que os seus participantes não são mais restritos ao público masculino e foram incluídas vestimentas, pinturas no corpo e juntamente ao uso dos bastões, é comum a utilização de facões e tochas.

¹⁴ Conforme a autora Biancardi (2006) a dança ou peça teatral da puxada de rede representa uma pescaria, onde os integrantes tentam pescar o xaréu que é uma espécie de peixe e ao longo dessa encenação, são tocados diversos instrumentos musicais como atabaques, agogô e berimbau e junto a isto, são cantadas músicas tradicionais específicas para esta manifestação.

¹⁵ De acordo com Graeff (2015) o samba de roda é uma das manifestações da tradição oral afro-brasileira que agrega os elementos da musicalidade, dança e poesia. Com presença marcante no Recôncavo da Bahia, o samba de roda contou com fortes influências das culturas africanas e disseminado em diferentes regiões do país, adquirindo assim, características próprias e variações regionais. Considera-se ainda, que o samba “carioca”, foi levado por escravizados e negros libertos ainda no século XIX, da Bahia para o Rio de Janeiro, e em seguida disseminado no mundo inteiro.

desenvolver as atividades na Comunidade de Olho D'água do Constantino, também é o professor Flaviano Vieira da Silva (1986). Em geral, as ações que são planejadas e desenvolvidas pelo professor seguem as mesmas dinâmicas daquelas que são realizadas na cidade de Acarape.

As ações do projeto ABC, buscam sempre a interação e participação de todas as crianças e jovens no decorrer das aulas e rodas de Capoeira, apresentações de filmes, documentários, aulas de maculelê, gincanas e brincadeiras. Podemos perceber com isto, a preocupação existente por parte dos gestores do projeto, em promover a socialização entre todos os participantes. Percebese ainda, uma organização e padronização que ocorre com as atividades a serem desenvolvidas no projeto social, pois as ações desenvolvidas em um núcleo também são levadas para os outros, seja na cidade de Acarape ou em Redenção.



Figura 4. Crianças do projeto social “ABC do Camuá – aprender, brincar e crescer” das cidades de Acarape e Redenção, participando de uma apresentação cultural (2019). Ginásio Polidesportivo José Neves de Castro (Redenção - CE). Fonte: Acervo Camuá Capoeira Arte e Cultura. Acesso em 2021.

Para além das atividades teóricas e práticas com foco a partir da exploração dos diversos elementos da capoeira, é importante ressaltarmos também o trabalho de Lorena Oliveira¹⁶, Cris Oliveira¹⁷, Jean Alves¹⁸, profissionais especializados, que através de parceria com os gestores do projeto “ABC do Camuá – aprender, brincar e crescer”, realizam plantões/acompanhamentos¹⁹ voluntários com as crianças do projeto sempre que possível. Nestes encontros são realizados

¹⁶ Lorena Oliveira é psicóloga e realiza ações voluntárias de acompanhamentos com as famílias do projeto social Abc do Camuá.

¹⁷ Cris Oliveira é professora da rede municipal de ensino da cidade de Acarape e desenvolve ações de acompanhamento com as crianças e famílias que participam do projeto Abc do Camuá.

¹⁸ Jean Alves é professor de artes e também coordena um projeto social com teatro, música e dança na cidade de Acarape. Já com as crianças do projeto “Abc”, desenvolve oficinas com teatro, danças e músicas sempre que possível.

¹⁹ Os acompanhamentos e demais ações desenvolvidas por estas pessoas, acontecem a partir da existência de casos especiais. De forma, que o professor Flaviano Vieira é quem realiza o agendamento do dia e horário que estas visitas ocorrem.

diálogos individuais e coletivos com as crianças e jovens, buscando sempre conhecer, acompanhar e auxiliar nas potenciais dificuldades que os mesmos estejam passando, seja no âmbito escolar, familiar, psicológico, ou quaisquer outros potenciais problemas que venham a interferir no desenvolvimento social, psicológico, educacional e familiar destas crianças, jovens e famílias.

A existência e permanência destas ações do projeto social “ABC do Camuá”, nas cidades de Acarape e Redenção, só se torna possível a partir da existência do trabalho colaborativo entre três grupos sociais que se mostram essenciais para a continuação desta ação social nas cidades citadas, são eles: os professores de capoeira, os profissionais que atuam com apoio às crianças e famílias e, por fim, as comunidades e famílias envolvidas e atendidas por esta iniciativa.

Em primeiro, destacamos as ações dos professores de capoeira que realizam as vivências teóricas e práticas de capoeira com as crianças e jovens participantes do projeto. Essas pessoas desenvolvem as aulas no projeto ABC, na condição de voluntários e alguns ainda enfrentam jornadas duplas, de forma que durante o dia estão em seus trabalhos formais e a noite desenvolvem as vivências no projeto na condição de voluntários.

Em segundo, destacamos a parceria existente entre o ABC do Camuá e alguns profissionais especializados, que através de ações voluntárias realizam acompanhamento escolar, psicológico e familiar com todos (as) que participam do projeto. E por fim, destacamos também, a participação e o apoio das comunidades e famílias atendidas no “ABC do Camuá”, pois, juntamente com os professores de capoeira e os profissionais especializados que são voluntários, as comunidades e famílias que apoiam as ações, mostram-se personagens fundamentais para a existência de um trabalho cooperativo.

Durante o início do ano de 2020 o mundo mudou drasticamente com a pandemia mundial da Covid 19. Tudo ocorreu quando surgiu no território da China um vírus altamente perigoso e com enorme potencial de mortalidade, este vírus chama-se Covid-19. Com o surgimento dessa nova doença que acometeu todo o mundo, novas formas de conviver em sociedade foram adotadas com o intuito de diminuir as possibilidades de novas transmissões e infecções. Dentre as principais medidas de proteção estão o isolamento social, distância de 1,5 metros entre as pessoas nos locais públicos, o uso de máscaras respiratórias e proibição de atividades coletivas com número de pessoas superior a três.

Com estas novas medidas de proteção e socialização adotadas pelos líderes mundiais, com base em dados científicos e nas diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), muitas práticas coletivas foram suspensas e outras passaram a serem realizadas de forma virtual, via aplicativos e sites que possibilitam videoconferências, como no caso da educação escolar

presencial, que passou a realizar aulas de forma virtual. Com relação à prática das atividades físicas e culturais, dentre outras, estas também precisaram ter suas formas de atuação modificadas.

Este foi caso do projeto social “ABC do Camuá”, que precisou reinventar-se para tentar manter suas ações com as crianças e jovens. No início do período pandêmico as atividades foram paralisadas seguindo as orientações dos órgãos públicos da saúde. Por conta disto, as atividades com os participantes do projeto passaram a ser realizadas de forma virtual, através da gravação de vídeos com elementos e movimentos da capoeira, como a ginga, as esquivas, ritmo e percussão, e também as cantigas. Buscando assim, contribuir para a socialização de práticas e conhecimentos da capoeira mesmo sem o contato físico com as crianças e jovens das comunidades atendidas.

Outra possibilidade utilizada pelos professores de capoeira nas cidades de Acarape e Redenção foi à transmissão de lives e encontros virtuais semanais. No entanto, devido à falta de computadores, tablets e celulares, em alguns casos, essas medidas aos poucos foram ficando obsoletas. Porém, com o desenvolvimento da vacina contra o vírus da covid-19 e avanços nos programas de vacinação, com consequente diminuição dos casos da doença em todo o país, as aulas de capoeira nos locais citados foram sendo retomadas, gradativamente, a partir do mês de outubro do ano de (2021). Inicialmente, com poucas pessoas e respeitando o distanciamento mínimo de um metro e meio, uso de máscaras e álcool em gel. Atualmente as atividades estão acontecendo com frequência e seguindo as normas e orientações dos órgãos da saúde Estadual e Federal.

A partir do percurso histórico citado e também pelos locais de funcionamento das atividades do projeto nas cidades pesquisadas, foram surgindo algumas indagações, tais como: Os lugares onde as atividades com a capoeira são desenvolvidas (quase sempre são em escolas), possuem estrutura para abrigar as vivências de capoeira? Quais elementos dessa prática podem ser potenciais agentes educativos para serem aproveitados no currículo das escolas (potencialidades pedagógicas da capoeira)? Por que estas escolas não implantam de fato, a Capoeira em seu projeto curricular, tendo em vista as oportunidades através da educação física e das outras possibilidades que são apresentadas a partir da lei 10.639/03?

Portanto, pensando nessas questões: Os locais onde ocorrem as vivências de capoeira possuem estrutura adequada para estas práticas? Quais potenciais agentes pedagógicos são trabalhados nas atividades do projeto ABC do Camuá? E por fim, por que a capoeira não é adotada nos currículos formais dessas escolas? Para tanto, nesta pesquisa buscaremos compreender estes questionamentos, tomando como campo de pesquisa, os núcleos do projeto social “ABC do Camuá - Aprender, brincar e Crescer” localizados nas cidades de Acarape e Redenção, no estado do Ceará.

5.1 OBSERVAÇÕES, ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES DAS ATIVIDADES DO PROJETO

Como métodos de pesquisa para buscarmos responder estas questões, recorreremos ao uso de questionários e entrevistas. Inicialmente, pedíamos para que os participantes respondessem os questionários e em seguida, fazíamos as entrevistas, de forma que conversávamos sobre as questões que nortearam esta pesquisa. Compreendemos que a utilização de questionários em nossa pesquisa e análises suprem os dados que necessitamos, tendo como referência a definição apresentada por Antonio Carlos Gil, em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*:

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (GIL, 2008, p. 121)

Já referente ao uso do método de entrevistas em pesquisas e análises sociais, recorreremos mais uma vez as contribuições dadas por Antonio Carlos Gil:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (GIL, 2008, p. 111)

De acordo com o autor citado, no campo das ciências sociais, o uso de entrevistas em pesquisas é algo muito comum, tendo em vista, que Gil (2008, p. 111) “a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

Como podemos notar, os métodos de questionário e entrevistas, conseguem nos proporcionar respectivamente, maiores proximidades com os espaços de pesquisas a partir do momento em que uma das abordagens está voltada para questionamentos previamente elaborados, enquanto a outra, possibilita uma maior interação social no momento das investigações, entre pesquisador e local de pesquisa.

Com o intuito de alcançarmos os diferentes grupos que fazem parte de nosso objeto de pesquisa, desenvolvemos dois questionários, o primeiro voltado para os praticantes/professores de capoeira e as famílias atendidas no Projeto ABC do Camuá, o qual teve como objetivos, analisar as interpretações que estes tinham sobre o projeto social; suas contribuições para as comunidades atendidas; se os espaços que a capoeira dispõe para desenvolver suas atividades são adequados; e ainda saber se este público tem conhecimento das possibilidades legais e pedagógicas que a Capoeira dispõe para ser ensinada nas escolas.

Já o segundo questionário, foi aplicado para professores (as) e gestores (as) que atuam na rede municipal de ensino das cidades pesquisadas. Com este público nosso objetivo foi: compreender se eles (as) conheciam a capoeira ou até mesmo se já a praticaram, saber se na escola que eles (as) trabalham já havia sido realizada alguma atividade com temas relacionados à capoeira e buscamos também, compreender se esses docentes e gestores (as) conheciam as leis 10.639/03 e 11.645/08. Ao final dessas perguntas, realizamos o último questionamento: ***“Em sua opinião, enquanto docente/gestor (a), o que dificulta o desenvolvimento de abordagens educativas com a capoeira dentro das salas de aula?”***

Ao todo conseguimos realizar as entrevistas e aplicar o questionário para 10 professores (as) / gestores (as) que atuam em escolas das cidades de Acarape e Redenção, 05 praticantes e/ou professores de capoeira que acompanham e atuam no Projeto Social “ABC do Camuá”. Por fim, entrevistamos e desenvolvemos o questionário para 10 mães/pais, ou responsáveis, por crianças e jovens que participam das ações desenvolvidas pelo projeto nas cidades pesquisadas.

No decorrer da coleta de dados com os professores e praticantes de capoeira que atuam nas ações do projeto ABC do Camuá, realizamos as entrevistas e questionários com 05 capoeiristas do Grupo Camuá Capoeira Acarape e Redenção (CE). Foram escolhidos para participar dessas entrevistas, os praticantes que estão a mais tempo em contato com as ações que são desenvolvidas no projeto social e também aqueles que ministram aulas, ou já desenvolveram vivências e rodas de Capoeira com as crianças e jovens. As entrevistas foram realizadas em local privado e individualmente, já os questionários, foram entregues aos participantes para que respondessem no local e entregassem em seguida.

A partir das abordagens e coleta de dados com estas pessoas que acompanham e/ou coordenam as aulas do Projeto ABC do Camuá, conseguimos alguns aportes para entendermos a visão que os mesmos possuem sobre as ações com a Capoeira nas cidades de Acarape e Redenção (CE), os locais que por eles são utilizados e ainda as possibilidades e dificuldades de expansão da prática da capoeira para além da prática esportiva e conseqüentemente sua inserção nas escolas municipais.

No decorrer das entrevistas, dois capoeiristas mostraram possuir uma preocupação sobre os lugares que a capoeira ocupa nas duas cidades que possuem núcleos do Abc do Camuá e a importância de diálogos mais frequentes com a educação nesses locais. Pois, estes compreendem que existem leis que possibilitam a entrada da capoeira nos espaços de educação formal e que este diálogo entre capoeira e educação é possível a partir da implementação dessas medidas. No entanto, entendem que é necessário mais diálogo entre os gestores da educação municipal e os professores/praticantes de capoeira.

Ao indagarmos estes dois primeiros entrevistados, sobre ***“Quais são os motivos que dificultam a entrada da capoeira nas escolas de Acarape e Redenção?”***, ambos explanaram que tinham dificuldades em ter acesso aos espaços escolares em horários regulares para atividades com a capoeira, devido às normas próprias das secretarias de educação desses municípios. De acordo com os relatos, a educação nos municípios de Acarape e Redenção possuem os seus currículos já planejados e por isso não tinham espaços para atividades complementares, de forma que ações dentro dos currículos formais com abordagens a partir da Capoeira, e seus elementos, poderiam ser desenvolvidos, mas por professores que já atuassem na rede de ensino e inserindo esses assuntos junto a outros temas pré-estabelecidos.

Desta forma, constata-se uma espécie de “barreira” para a entrada da capoeira nos currículos formais da educação, tendo em vista a falta de docentes capacitados para desenvolverem aulas teóricas e práticas sobre a Capoeira dentro das escolas municipais. E ainda, a desvalorização por parte dos órgãos municipais para com os praticantes/instrutores/professores de Capoeira que atuam em projetos sociais como o ABC do Camuá.

Os outros três capoeiristas que foram entrevistados e que também responderam o questionário mostraram possuir uma visão mais focada na prática da capoeira enquanto modalidade esportiva, estes acreditam que a capoeira poderia ser abordada nas aulas de educação física e história e também se mostraram preocupados pelos poucos espaços que a capoeira ocupa nas cidades de Acarape e Redenção (CE). Quando perguntados sobre ***“Os locais onde ocorrem as aulas de capoeira são adequados para a prática?”*** estes demonstraram insatisfação pela incerteza de locais próprios e apropriados para o desenvolvimento das ações referentes ao projeto ABC do Camuá e também das aulas para os adultos.

“Nos últimos anos vivemos na incerteza, pois hoje a gente pode usar o espaço dessa escola e amanhã mesmo pode ser que a gente já tenha que deixar de treinar aqui. Durante esse tempo todo que a capoeira existe em Acarape e Redenção, a gente já usou quase todos os espaços públicos que você imaginar. O que seria bom, era a gente possuir uma sede própria do Camuá Capoeira aqui na região, pois assim, não precisaríamos ficar pedindo os espaços públicos.” (ENTREVISTADO 04)

Estes últimos entrevistados afirmaram que também tinham conhecimento da obrigatoriedade do ensino da capoeira na escola. No entanto, conforme nos foi relatado pelos primeiros entrevistados, estes também citaram o pouco diálogo entre gestores escolares e capoeiristas, como uma das dificuldades para conseguirem inserir de fato a capoeira nos currículos formais das escolas municipais de Acarape e Redenção e ainda as poucas possibilidades de atuação com a capoeira nos horários matutinos. Quando indagamos sobre ***“Quais são os motivos que dificultam a entrada da capoeira nas escolas de Acarape e Redenção?”***, obtivemos o seguinte relato:

“Existem poucas chances para desenvolvermos uma aula ou falar sobre a capoeira nas escolas daqui (Acarape e Redenção) nos horários regulares. A direção da escola e os órgãos municipais deixam a gente usar o espaço a noite, mas durante o dia, eles não permitem. No máximo, eles chamam a gente pra fazer uma apresentação no dia da consciência negra, que é falar um pouco sobre as origens da capoeira e depois fazer uma roda. Mas pra entrar nas salas de aula, só mesmo pra quem já está lá.” (ENTREVISTADO 05)

A partir dos dados que nos foram proporcionados após as abordagens com os cinco praticantes e/ou professores de capoeira que acompanham e atuam no Projeto Social “ABC do Camuá”, podemos perceber que os locais onde a capoeira é realizada atualmente não possuem espaços satisfatórios para desenvolvimento das aulas para as crianças e jovens, no entanto, são os únicos que o projeto possui para desenvolver suas ações. Os gestores do projeto ABC mostraram-se preocupados pela incerteza com relação á quanto tempo poderão utilizar os espaços públicos e afirmam que o objetivo do coletivo é a construção de um espaço próprio para a realização de aulas, eventos e demais atividades relacionadas à capoeira.

Com relação aos diálogos entre capoeira e educação a partir da visão deste público, podemos perceber que os envolvidos na pesquisa possuem conhecimento sobre as leis que viabilizam as abordagens com a capoeira dentro das instituições de ensino. Mostraram-se ainda possuir interesse em ver a capoeira sendo ensinada nas escolas em horários regulares, no entanto, entendem que a falta de formação acadêmica em nível superior, dificulta a entrada desses indivíduos nas escolas municipais. Gerando assim, a falta de professores (as) com conhecimentos a cerca da capoeira para desenvolvimento de abordagens teóricas e práticas no ambiente da sala de aula.

Outros fatores mostraram-se importantes para esta dificuldade de inclusão da capoeira nas escolas municipais de Acarape e Redenção a partir das contribuições dos entrevistados. Dentre estes, destacam-se nos relatos a dificuldade de diálogos com as secretarias municipais de educação e/ou gestores das instituições de ensino, e ainda, a pouca flexibilidade curricular para o desenvolvimento de atividades complementares com a capoeira e seus elementos.

Já com as famílias cadastradas no projeto social do grupo Camuá Capoeira, conseguimos acolhimento e respostas para nossa pesquisa de dez representantes (pais, mães, avós e outros repensáveis) de crianças e jovens que participam das atividades com a capoeira nas cidades de Acarape e Redenção). Este grupo nos proporcionou uma visão mais voltada para os fatores de transformação social que as ações do projeto “ABC o Camuá – Aprender, brincar e Crescer” exercem para as comunidades, famílias e crianças atendidas pela ação.

As pessoas entrevistadas mostraram possuir uma preocupação a respeito da continuidade e permanência do projeto em suas comunidades. As mesmas ainda relataram que as atividades desenvolvidas pelos professores de capoeira são uma das poucas atividades culturais, de esporte

e lazer voltadas para as crianças e jovens dos lugares atendidos. Quando perguntamos aos responsáveis das crianças cadastradas no projeto social, **“Os locais onde ocorrem as aulas de capoeira, são adequados para a prática?”**, grande parte das pessoas entrevistadas afirmaram que sim, os espaços que as aulas e demais atividades relacionadas à capoeira são desenvolvidas atualmente possuíam espaço adequado para a prática.

Em síntese, este público em especial, mostrou possuir uma preocupação mais voltada para o fator de mudança social possibilitada a partir da iniciativa do projeto ABC do Camuá e a continuidade do trabalho desenvolvido. Tendo em vista, que os lugares em que os professores atuam na maioria das vezes são em comunidades carentes e com poucas opções culturais e esportivas, fazendo com que a prática da capoeira venha a ocupar um lugar de “refúgio” e lazer para as crianças, adolescentes e jovens que se encontram em condições de fragilidade econômica, social e cultural. Já as famílias, junto a este contexto, posicionam-se como apoios para que a ação social continue a existir, mesmo que não possua vínculo de trabalho com gestão municipal ou até mesmo, patrocínio da iniciativa privada.

Durante as abordagens de pesquisa desenvolvidas junto aos profissionais que atuam nas redes municipais de ensino das cidades observadas, entrevistamos e aplicamos o questionário para 10 professores (as) e gestores (as) da educação. Estes profissionais nos deram algumas informações para percebermos um pouco da realidade da educação nas cidades de Acarape e Redenção a partir das contribuições de quem atua na mesma. Conseguimos ainda, compreender quais são os pensamentos e pontos de vista que estes profissionais possuem sobre a Capoeira e seus elementos e ainda, de acordo com as respostas, conseguimos perceber potenciais oportunidades e/ou dificuldades para a entrada da capoeira nas escolas e currículos formais nestes locais.

Os profissionais que participaram desta pesquisa atuam nas cidades de Acarape e Redenção desenvolvendo funções no campo da educação destes municípios, sejam como docentes ou membros das coordenações escolares. As entrevistas e aplicação de questionários foram realizadas de forma individual e em espaços escolhidos pelos (as) entrevistados (as), buscando com isto, deixar essas pessoas confortáveis e conseguir mais interações durante os diálogos.

Durante as entrevistas e aplicação de questionários, realizamos as seguintes perguntas aos docentes e/ou gestores: **“O (a) senhor (a) conhece, já praticou ou participou de alguma atividade relacionada capoeira?”**, para esta pergunta, todas as 10 pessoas que participaram, responderam que “SIM”, já tinham um conhecimento prévio a respeito da capoeira, porém nenhuma delas havia praticado ou participado de atividades relacionadas à capoeira (seja no espaço escolar ou fora dele).

Dando continuidade aos diálogos, a segunda pergunta dirigida aos profissionais que atuam na rede ensino municipal, foi: ***“Na escola que o (a) senhor (a) trabalha, já foram realizadas aulas ou outras atividades relacionadas à capoeira?”***, para esta indagação, três dos (as) entrevistados (as) responderam que “NÃO”, na escola em que estes trabalham não haviam presenciado até o momento da entrevista, a realização de atividades ou aulas tendo como tema a capoeira ou algum de seus elementos formadores. Os demais, sete participantes, responderam que “SIM”, em suas escolas já haviam sido realizadas atividades referentes à capoeira.

A partir das respostas desses docentes que já haviam presenciado e/ou tinham conhecimento de atividades com a capoeira dentro do ambiente escolar, fizemos a seguinte indagação: ***“Quais tipos de abordagens e ou atividades com a capoeira o/a senhor (a) presenciou? Esta atividade aconteceu dentro da sala de aula e em horários regulares ou no contra turno?”***, em sua maioria (05 pessoas), afirmaram que as atividades em que havia presenciado o uso da capoeira dentro da escola tinha sido em horário regular de aula, geralmente em dias como o “Dia Consciência Negra”²⁰ e em outras oportunidades, onde a escola convidava grupos locais para desenvolverem apresentações e atividades culturais para os estudantes.

Contudo, os últimos (02) docentes e/ou gestores, afirmaram ter conhecimento de abordagens com a capoeira durante algumas aulas de educação física, estas abordagens eram realizadas pelo professor da componente de EFE – Educação Física Escolar, no entanto, não conseguimos contato com este professor (até o presente momento). Mas a partir de relatos dos colegas de trabalho, foram-nos repassadas informações que este docente frequentemente desenvolvia em suas aulas práticas e teóricas, abordagens com a capoeira e outras artes marciais, como Karatê e Judô.

Para concluirmos o levantamento de dados com os profissionais que estão atualmente inseridos no sistema de ensino das cidades pesquisadas, realizamos os dois últimos questionamentos, inicialmente perguntamos, ***“o/a senhor (a) conhece as leis 10.639/03 e 11.645/08?”*** Esta pergunta que tinha um foco mais voltado para compreender os conhecimentos destes educadores (as) com relação às leis que abrem portas para a capoeira no espaço escolar. Já a última pergunta, ***“Em sua opinião enquanto docente/gestor (a), o que dificulta o desenvolvimento de abordagens educativas com a capoeira dentro das salas de aula?”***

²⁰ O Dia Nacional da Consciência Negra no Brasil, é celebrado em 20 de setembro. A introdução deste dia como feriado (em alguns estados e cidades) foi criado no ano de 2003 e oficializado no ano de 2011, através da Lei 12.519/2011. A escolha da data de 20 de setembro como dia da consciência negra, foi realizada como forma de homenagear Zumbi, que foi líder de um dos maiores e mais conhecidos quilombos que já existiu no Brasil, o Quilombo dos Palmares e que morreu no dia 20 de setembro do ano de 1695. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-consciencia-negra.htm>

Sobre o primeiro questionamento, todos (as) afirmaram ter conhecimento sobre as obrigações que as leis 10.639/03 e 11.645/08 exigiam para serem aplicadas na educação do país, e ainda sobre a necessidade do trabalho com as questões étnico-raciais e culturais dentro da educação das cidades de Acarape e Redenção (CE). Entretanto, um ponto em comum que estes docentes/gestores (as) trouxeram no decorrer das entrevistas, foi a respeito da dificuldade que eles possuem para o desenvolvimento de atividades que abarquem as temáticas que as duas leis abordam.

Deve-se levar em consideração que estes profissionais já possuem a cobrança das secretarias municipais de educação para que os conteúdos, projetos educativos e outros temas planejados a serem aplicados no semestre letivo sejam realizados nos períodos pré-estabelecidos. Por conta disto, os (as) docentes e gestores (as) afirmaram ter pouco tempo disponível para elaborarem aulas e outras atividades para os estudantes, tendo o foco nestas temáticas étnico-raciais e culturais. Gerando com isto, o “esquecimento” destes assuntos em detrimento de abordagens curriculares planejadas para suprirem os índices de aprendizagem dos municípios.

A respeito do nosso último questionamento voltado para os gestores (as) e professores (as), recebemos um misto de respostas para a pergunta *“em sua opinião enquanto docente/gestor (a), o que dificulta o desenvolvimento de abordagens educativas com a capoeira dentro das salas de aula?”* Na qual um grupo de três profissionais, afirmou que os desenvolvimentos de aulas com a capoeira nas escolas, exigem dos professores/as o uso de metodologias diferenciadas, para abordagens não apenas teóricas, mas também a exposição prática. Exigindo com isto, uma capacitação própria para estes profissionais, ou então, a existência de pessoas capacitadas e que possuam conhecimentos a respeito da capoeira para desenvolver aulas e outras atividades em sala usando a capoeira e seus elementos formadores.

Em seguida, 04 entrevistados (as), nos relataram não terem conhecimento sobre como inserir a capoeira em abordagens para além das aulas de Educação Física e acreditavam que abordagens em disciplinas como Português, Matemática e/ou outras, só seriam possíveis tendo uma orientação sobre como desenvolver e aplicar as aulas/atividades em sala de aula.

Já com os últimos três profissionais da educação, podemos perceber em seus relatos junções de informações que, de certa forma, entram em diálogo com os outros professores/as que já havíamos entrevistado. Estes nos relataram dois problemas centrais que dificultam a entrada da capoeira nos currículos das escolas. O primeiro estaria relacionado ao pouco espaço presente nos currículos e calendários semestrais elaborado pelas secretarias municipais de educação, exigindo assim uma capacitação a mais dos docentes para trabalharem esta temática junto a outros temas e abordagens. Já o segundo, teria relação com a falta de profissionais com conhecimentos sobre a capoeira, pois estes afirmaram que a elaboração de aulas e atividades para quem já conhece a

prática seria mais simples se comparado com alguém que não possui os conhecimentos teóricos e nem práticos.

Compreende-se desta forma, ser necessária a existência de professores (as) e/ou praticantes de capoeira com formação acadêmica necessária para assim adentrar nos sistemas de educação destas cidades e promoverem a inserção gradativa da capoeira em seus múltiplos aspectos dentro das salas de aula. Outra possibilidade seria a existência de trabalhos cooperativos entre docentes da rede municipal e capoeiristas que atuam em projetos socioeducativos como o “ABC do Camuá, aprender, brincar e crescer”.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados obtidos junto aos grupos sociais que colaboraram com esta pesquisa, além de serem sujeitos atuantes, fornecendo informações e dados que geraram análises e interpretações relevantes para nossos estudos sobre o projeto social ABC do Camuá e também, do contato com algumas das famílias, instrutores do projeto, alguns docentes e gestores da educação básica dos municípios de Redenção e Acarape, foi possível compreender que esta iniciativa é percebida e recebida pelo público atendido mais como uma promoção de acesso a educação, cultura, esporte e lazer, do que propriamente como uma ação voltada para a formação de capoeiras (capoeiristas).

Como já mencionado anteriormente os lugares e públicos atendidos pela iniciativa possuem fragilidades não apenas econômicas, mas também sociais, culturais, desportivas e de sanitárias. Por isso, muitas vezes notamos que durante as atividades com a capoeira, as crianças que participam das aulas, e os familiares que observam as atividades, estão ali não apenas para apreciarem a prática, mas também, por ser uma das poucas possibilidades de acesso a ações que integrem e possibilitem a socialização e o lazer de crianças e jovens das comunidades atendidas pelo projeto. O tempo livre do público atendido é reaplicado ou transformado em ações que o projeto ABC do Camuá proporciona semanalmente.

As atividades que ocorrem todas as semanas buscam dialogar entre as vivências da capoeira e a formação das crianças e jovens em seus diferentes contextos sociais. Durante a pesquisa, constatamos que uma das preocupações existentes por parte do instrutor (professor) Flaviano Vieira da Silva (1986), responsável pelas atividades com a capoeira nas cidades pesquisadas, volta-se para o acompanhamento escolar das crianças e jovens atendidas no projeto social. Estes acompanhamentos são realizados através de análises de boletins escolares semestrais, visitas e diálogos com as famílias e, em algumas ocasiões, também ocorrem visitas nas escolas em que os alunos do projeto ABC estão matriculados, a fim de acompanhar o desenvolvimento escolar dos mesmos.

Percebemos com isto, que a inserção da capoeira em ambiente escolar através das leis mencionadas neste trabalho não é apenas uma possibilidade de aproveitar os caminhos que foram conquistados para a inserção das culturas afro-brasileiras e indígenas dentro dos currículos formais da educação nacional. Mas compreendemos também que a entrada de iniciativas como o projeto ABC do Camuá em instituições de ensino, possibilitaria a construção de diálogos potentes entre a educação escolar e práticas educativas e culturais afro-brasileiras, proporcionando assim novas formas de compreender e desenvolver as ações de ensino-aprendizagem nos contextos do ensino escolar formal e regular.

Acreditamos que a partir da existência de ações integradoras e socioeducativas entre a educação escolar e a capoeira podem ser gerados resultados positivos para todos os envolvidos (estudantes, docentes, instrutores de capoeira, escola e comunidade), pois através da parceria entre gestores da educação e gestores do projeto ABC, poderia acontecer uma ampliação do público e dos espaços atendidos pelas diferentes atividades fomentadas pela Capoeira. Além disso, outra ação possível com a existência de diálogos e parcerias entre esses grupos seria a construção de projetos educativos de caráter inclusivo, e que possibilitassem abordagens teóricas e práticas voltadas para formação escolar, social, cultural e inclusivas dentro e fora do ambiente escolar.

No entanto, é preciso entender o atual posicionamento dos gestores da educação municipal e os responsáveis pelas atividades com a Capoeira em Acarape e Redenção. Os praticantes e professores/instrutores, gestores e docentes das redes municipais de ensino que participaram e possibilitaram a coleta de dados, se mostraram passivos com relação ao atual contexto das poucas possibilidades de entrada da capoeira dentro do currículo escolar, seja como um dos conteúdos da Educação Física, seja como atividade complementar em projetos socioeducativos, ou como componentes curriculares independentes.

Estas posições de aceitação por parte desses dois grupos nos apontaram que não existiam, no momento da pesquisa, diálogos e possibilidades para construções coletivas de iniciativas e/ou projetos que possibilitem a inserção da capoeira no currículo da educação formal das cidades de Acarape e Redenção. Tendo em vista que os dois públicos afirmaram conhecer as leis que regulamentam a entrada da Capoeira no espaço escolar, mesmo assim, os professores/as e gestores/as, afirmaram não possuir conhecimentos para desenvolverem abordagens com a capoeira em suas aulas e não demonstraram possuir interesse em buscar aportes ou parcerias para tal feito.

A mesma problemática existe com os praticantes e professores/instrutores de capoeira. Estes afirmaram não existir diálogo com os gestores e secretarias de educação dos municípios e ainda existia o agravante da exigência de títulos e formações acadêmicas para inserção e permanência de educadores/as nas escolas. No entanto, durante a coleta de dados, os gestores do

projeto Abc não mostraram possuir iniciativas organizadas e fundamentadas para buscar mudanças no atual cenário de inexistência de ações com a capoeira no âmbito da educação formal das duas cidades.

A partir dos dados colhidos, analisados e apresentados até o momento, chegamos a conclusões parciais, que atualmente existem algumas possibilidades para que a capoeira venha a ser inserida dentro da educação básica escolar das cidades de Acarape e Redenção. No entanto, faz-se necessário a organização de diálogos e reuniões entre os gestores da educação e os gestores do projeto ABC do Camuá, a fim de serem apresentadas as demandas, perspectivas e alternativas que ambos possuem ligados ao âmbito educacional.

Adiante, um passo importante neste cenário, seria a construção de projetos ou planos de atividades com a capoeira e seus elementos, que podem vir a ser desenvolvidas dentro das escolas. Além disto, é importante que o grupo de capoeiras busque aportes para que os gestores de educação revejam a exigência da certificação acadêmica para aqueles/as que desejam desenvolver aulas teóricas e práticas com a capoeira dentro das escolas das redes municipais em horários regulares.

Uma possibilidade para que as secretarias municipais de educação – SME venham a rever tal requisito, seria através do conhecimento por parte desses gestores/as do chamado Notório Saber de Mestre e Mestras da cultura popular, e no nosso caso, da capoeira. Este Notório Saber pode ser apresentado/adotado como forma de provar a existência de conhecimentos tradicionais e vivenciáveis significativos em determinada área de atuação, sem serem adquiridos através de formação acadêmico-universitária, ou mesmo escolares, mas através de vasta experiência e vivência ao longo do tempo.

Recentemente a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), através do seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEP) outorgou e reconheceu como titulação o Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais. O reconhecimento deste título é possível para aqueles indivíduos que comprovem experiência em uma determinada área do saber, como está descrito no Art. 2º da resolução N° 53, de 11 de fevereiro de 2021:

Art. 2º O título de Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais poderá ser concedido, nos termos desta Resolução, a pessoas não detentoras de título acadêmico, de graduação e de pós-graduação, desde que comprovem destacada experiência e atuação em, pelo menos, uma das linguagens ou áreas dos saberes e culturas indígenas, quilombolas, de comunidades de terreiro, de comunidades de agricultores e extrativistas, agrupamentos rurais e urbanos em torno de tradições populares, entre outras tradições brasileiras e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial os africanos. (UNILAB, 2021)

A categoria de mestres e mestras da qual trata o reconhecimento deste título é voltado para aqueles/as que possuem grande experiência na área de atuação (comprovada através de documentos) e que são:

I - Reconhecidos como referências em determinada área do saber e da cultura por suas comunidades, coletivos e/ou agrupamentos; II - responsáveis por guardar, criar e transmitir esses saberes, contribuindo para a continuidade das artes, ofícios e cosmologias tradicionais. (UNILAB, 2021)

Concordamos que através do reconhecimento de mestres e mestras de capoeira como pessoas detentoras do notório saber, o espaço de atuação dentro do contexto da educação formal seria ampliado e aprofundado, tendo em vista que os mestres e mestras da capoeira podem contribuir de modo positivo e ampliado para o processo de ensino-aprendizagem para diferentes públicos e níveis da educação básica (pública e privada).

Com base nos dados analisados, compreendemos, que o projeto social ABC do Camuá - Aprender, brincar e crescer apresenta elementos significativos que podem vir a ser potenciais agentes educativos e transformadores dentro dos espaços de educação escolar. Compreendemos ainda que a certificação acadêmica não pode ser o único requisito exigido pelas secretarias municipais de educação das cidades de Acarape e Redenção, para apoiar, barrar e/ou dificultar a entrada da Capoeira nos currículos formais. Para tanto, faz-se necessário uma organização e/ou criação de ações e iniciativas de cunho educativo que possam vir a serem apresentados e desenvolvidos com os gestores educacionais e docentes dessas cidades, buscando a construção de diálogos e parcerias que viabilizem a inserção da capoeira nas escolas e currículos em horários regulares, além de buscar um maior reconhecimento e valorização para com os sujeitos protagonistas (mestras e mestres, contra mestres, professores, instrutores ou monitores) que não possuem o reconhecimento acadêmico, mas que são detentores do notório saber e da vivência e convivência diária com a tradição viva²¹ da Capoeira.

Em síntese, faz-se necessário a existência de um trabalho coletivo entre capoeiras e gestores educacionais, para que haja organização e criação de ações e projetos socioeducativos que viabilizem a inserção da Capoeira nas escolas das duas cidades. As análises nos mostraram que é necessária a criação de ações de apoio e cursos de formação para que os docentes tenham possibilidades de adquirir conhecimentos teóricos e práticos, metodologias e titulações para

²¹ A “Tradição Viva” está presente na discussão realizada no oitavo capítulo da obra “História Geral da África I, Metodologia e Pré-História da África”, onde o autor A. Hampaté Bâ vai discutir as questões ligadas a compreensão e valorização da cultura oral africana e dos conhecimentos que são transmitidos entre as diferentes gerações através da oralidade. Nesta discussão, o autor faz críticas a forma como os conhecimentos produzidos através da escrita são postos como seguimentos chaves para valorizar ou desvalorizar os saberes que são transmitidos e construídos. Como os fatos históricos mostram, as tradições Africanas são fortemente marcadas pela transmissão através da oralidade e pelos saberes que são transmitidos pelas pessoas mais velhas, como os Griots, que são vistos como pessoas detentoras de vastos conhecimentos. Neste sentido, para A. Hampaté Bâ, a “tradição viva” está ligada a existência de indivíduos detentores de saberes significativos adquiridos no decorrer de sua vida e experimentações práticas e orais.

desenvolverem aulas com base nas manifestações culturais africanas e afro-brasileiras dentro das escolas das redes municipais de Acarape e Redenção. Visto que somente através da formação qualificada e continuada dos gestores/as e professores/as, é que de fato iremos promover a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/11 dentro dos currículos formais da educação pública a nível municipal, estadual e nacional, possibilitando ações e resultados das políticas afirmativas que promovam inclusão, combate ao racismo estrutural e escolar, trazendo à tona a história, cultura e ancestralidade de matriz africana para dentro dos currículos da educação básica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bertine. SANCHEZ, Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/03 – competências, habilidades e pesquisa para transformação social**. Proposições V. 28, N.1 (82) jan./abr. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 06 de agosto 2021.

BRASIL. **Decreto nº 847** de 11 de outubro de 1890 - Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 de maio 2021.

BIANCARDI, Emília. **Ôlelê Maculelê**. Brasília, 1989.

_____. **Raízes Musicais da Bahia**. Salvador, BA: Omar G. 2006.

CAPOEIRA, Palmares. Augustus Earle. **Capoeira Palmares**, sem data. Disponível em: https://www.capoeira-palmares.fr/histor/earle_en.html. Acesso em: 05 de janeiro de 2021.

DARIDO, Suraya Cristina. **Os conteúdos da Educação Física escolar: influências, tendências, dificuldades e possibilidades**. Perspectivas da Educação Física escolar. UFF, v.2, n.1, p. 5-25, 2001.

DIA Nacional da Consciência Negra. **Mundo Educação**, 2018. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-nacional-consciencia-negra.htm> Acesso em: 22 de janeiro 2022.

FONSECA, V. L. A capoeira contemporânea: antigas questões, novos desafios. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 1, n. 1, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/795/736>. Acesso em: 07 de janeiro de 2021.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Congr. Intern. Pedagogia Social July. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro, RJ: Renovar. 2001.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, p. 98-109, 2012.

GRAEFF, Nina. **Os ritmos da roda: tradição e transformação no samba de roda** / Nina Graeff. - Salvador: EDUFBA, 2015.

HAMPATÉ Bâ, Amadou. *A tradição viva.* In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África.** 2.ed – Brasília: UNESCO, 2010.

IÓRIO, Laércio Schwantes.; DARIDO, Suraya Cristina. Capoeira. In: DARIDO, S. C.; RANGEL, A. I. C. (Org.). **Educação Física na Escola:** implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. p. 262-287.

MELO, Salvio Fernandes de. **A mandinga da voz e do corpo na capoeira angola: Oralidade, performance e poesia.** Editora: Novas edições acadêmicas, 2014.

MUTTI, Maria. **Maculelê.** Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1978.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola: ensaio sócio etnográfico.** Salvador Editora Itapoano 1968.

SOUZA, S.; SILVA, F. C.; SILVA, P. T. N. **Sou Eu Maculelê Sou Eu... Uma Dança Guerreira Como Possibilidade Pedagógica Nas Aulas De Educação Física Escolar.** Textos de capoeira: Volume III. Antonio Carlos de Menezes, Sergio Souza (organizadores) – Rio de Janeiro: Editora Atual Design – 258 p.

SILVA, Jorge Silveira. SANTOS, Júlio Ricardo. MILDNER, Saul Eduardo. **A prática da Capoeira enquanto patrimônio cultural: Trajetórias afrodescendentes e multiculturais no Brasil.** ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año VI - Julio 2014 - Nº 12 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. Disponível em: [*A_Capoeira_enquanto_patrimonio_cultural_brasileiro_Jorge_Silva.pdf \(estudioshistoricos.org\)](http://*A_Capoeira_enquanto_patrimonio_cultural_brasileiro_Jorge_Silva.pdf_(estudioshistoricos.org)). Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

TEIXEIRA, F. F.; OSBORNE, R; SOUZA, E. G. R. S. **A prática do ensino da capoeira nas escolas: perfil e visão dos capoeiristas.** Corpus et Scientia, ISSN:1981-6855. Rio de Janeiro v. 8, n. 2, p. 1-15, out. 2012.

UNILAB. **Resolução nº 53, de 11 de fevereiro de 2021.** Aprova a criação do título de Notório Saber em Artes, Ofícios e Cosmologias Tradicionais. SEI/UNILAB – 0240391 RESOLUÇÃO CONSEPE. Disponível em: [Resolucao-SEI-n-53-2021-Aprova-a-criacao-do-titulo-de-Notorio-Saber-em-Artes-Oficios-e-Cosmologias-Tradicionais.pdf \(unilab.edu.br\)](http://Resolucao-SEI-n-53-2021-Aprova-a-criacao-do-titulo-de-Notorio-Saber-em-Artes-Oficios-e-Cosmologias-Tradicionais.pdf)